

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005. 255 p.

Fander de Oliveira Silva
Universidade Federal de Uberlândia
Graduando em Geografia
fanderoliveira@hotmail.com

A obra: *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*; nasce a partir de discursos sobre os limites impostos pela natureza e a busca da racionalização do consumo – consumo sustentável – que hoje se destaca como objeto de estudo de ciências sociais, políticas e econômicas. A concretização da obra se dá por apoio institucional e financeiro da CAPES, CNPq e ao IFCH/Unicamp, como também por subsídio científico de autores pouco conhecidos tanto no meio acadêmico brasileiro quanto às organizações mundiais que atuam no cenário ambiental.

Fátima Portilho é Professora adjunta III do CPDA (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), da UFRRJ. Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP e com doutorado Sandwich na Oxford University.

Os métodos de pesquisa e análise utilizados na obra, Fátima Portilho contou com dados da UNESCO e ONU, consultas à sites, levantamentos bibliográficos, depoimentos, documentos institucionais, sensos e gráficos demográficos.

A obra é dividida em seis capítulos: Introdução, A emergência internacional do discurso político sobre o consumo e meio ambiente, A sociedade de consumo, A preocupação com o consumo no movimento ambientalista pós Rio92, Consequências políticas do deslocamento da questão ambiental para o campo do consumo, e por último, Conclusões. Respectivamente abordam uma análise quantitativa e qualitativa dos padrões de consumo, o consumismo depreciativo e as políticas governamentais ou não que são digeridas pela sociedade que agora vive uma evolução verde.

O primeiro capítulo, introdução, composto com dezessete páginas examina as relações de exploração excessiva, isto é, a exaustão dos recursos naturais, a descaraterização do solo, perda da biodiversidade, mudanças climáticas e poluição da água e do ar, dentre outros impactos ambientais, impactos estes correlacionados com o capital, propriamente a relação entre o meio ambiente e consumo aonde o consumidor vai se apresentar como novo ator social.

No segundo capítulo, vinte e sete páginas, a autora avalia a pressão exercida pelos países em desenvolvimento sobre os países desenvolvidos (países industrializados) quanto ao reconhecimento da proteção ambiental, do desenvolvimento estagnado na produção e consumo e no seu discurso hipócrita perante a sociedade global. Também é abordada a crise ambientalista na década de setenta, ora identificada com o aumento populacional, em que o esgotamento dos recursos naturais estaria aliado ao crescimento da população mundial e que no cenário atual pode vir a sofrer com mudanças nos processos produtivos e tecnológicos.

Mudanças estas que podem ser remediadas a partir de legislações, instituições e agências, e políticas em geral voltadas para técnicas de produção verde, que já é vista por muitos empreendedores como uma oportunidade de negócio.

Já no terceiro e quarto capítulo, apresentados em noventa e cinco páginas, indica à sustentabilidade de fato, aponta ao leitor a visão na década de setenta e a que temos hoje. Percebemos então, que a ecologia antes estava relacionada como um freio ao crescimento e desenvolvimento do país, preservar o meio ambiente e produzir ecologicamente correto significava investimentos financeiros sem retorno e hoje, após a Conferência Rio92, discutimos aos diferentes estilos de vida e consumo do planeta, como as políticas públicas e privadas e o cidadão como novo ator social, pode contribuir com a sustentabilidade e ter uma produção verde com menos impactos e exploração.

A política mais plausível seria nos padrões de consumo, como a substituição de bens e serviços consumidos, e não nos níveis de consumo que seria a redução destes bens e suas distribuições, aponta a autora e seus colaboradores. A melhoria da qualidade de vida dos consumidores é compactada no desenvolvimento verde, que é a melhoria nos produtos, podendo ser refletida na disponibilização de informações (eco-rótulos) e incorporação dos custos ambientais nos preços finais destes produtos (eco-taxas).

No quinto capítulo, a autora aborda em cinquenta e cinco páginas, que o cidadão agora chamado de cliente e usuário, é incorporado como consumidor, que aceita ser cobrado pela sociedade por uma espécie de obrigação majoritária moral e cívica, que as suas ideias agora defende que as ações individuais não são necessariamente o espaço onde consideráveis mudanças nos padrões de consumo devem ser esperadas, sem ao menos a intervenção de organizações sociais e instituições públicas e/ou privadas do mundo.

E por último, a obra é concluída em oito páginas, com objeções de emergência internacional no discurso ambiental, em que podemos compreender o consumo como um campo de políticas e símbolos coordenados pela cultura de quem a rege, e que o

desenvolvimento sustentável não se concretiza a partir de necessariamente ações individuais mais também das intervenções governamentais.

Embora seja uma obra mais direcionada ao estudo de ciências econômicas e sociais, certamente a obra contribui para nós, geógrafos, que vimos à possibilidade de regulação e mudanças no mercado, ações de resgate e fiscalização à proteção ambiental.

O consumo então só seria sustentável quando ultrapassássemos a dimensão individualista, estimulando e permitindo uma adequação e/ou criação de interferências governamentais.

A complexibilidade do desenvolvimento sustentável pode ser trabalhada no interesse de cada objeto de estudo, seja econômico, social e como objeto de estudo de ciências sociais, políticas e econômicas.

E o tema é objeto importante nas discussões mundiais, embora os avanços técnico-científicos sejam representativos, a distribuição e o acesso aos produtos e serviços não são acessíveis a todas as classes sociais, como por exemplo, o carro elétrico, a energia solar, e outras inovações que não são disponibilizadas a determinadas classes.